

# Apesar das brigas, a banda larga nacional deve sair.

*O governo quer levar banda larga para o interior do Brasil, para a população mais pobre. Mas essa população não dá lucro às operadoras — pelo menos não com as condições fiscais e as obrigações de hoje.*

O governo quer levar serviços de telecomunicações, principalmente de banda larga, para a população mais pobre. Com telecomunicações, promete o ministro Daniel Barcelos Vargas, chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Brasil tem a chance de amenizar o “determinismo geográfico”, de mudar o destino das pessoas que nascem em lugares pobres, afastados e sem infraestrutura.

Instalar telecom, dizem os técnicos do governo, estimula a economia. Para embasar a teoria, Vargas e outros políticos citam o mesmo estudo do Banco Mundial: se um país aumenta o número de conexões de banda larga à Internet em 10%, aumenta a economia em 1,3%.

Mas não existe infraestrutura de telecom nas regiões que interessam ao governo — não há onde ligar uma conexão de banda larga (com exceção de satélite, que é caro). A cidade de Tauá, no interior do Ceará, ia receber uma empresa de atendimento por telefone; o prefeito já esperava arrecadar mais impostos e comemorar mais empregos e mais comércio. Contudo, os executivos da empresa desistiram, pois a operadora pediu uma fortuna para interligar a cidade ao ponto de rede de alta velocidade mais próximo. O próprio governo federal sofre com a falta de infraestrutura.

A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) tem uma rede para interligar 600 instituições de ensino e pesquisa. Hoje, diz Augusto César Gadelha Vieira, secretário de política de informática do Ministério da Ciência e Tecnologia, a rede transmite 100 Mbps nas grandes cidades

do Sudeste e do Sul, mas no Nordeste, ela ainda está em 1 Mbps. Manaus é outro problema. “Não tem conexão.”

Quase sempre, as operadoras montam rede para conseguir clientes das classes A e B; ganham em média US\$ 15 por cliente. Elas se interessam agora pela classe C: a Telefônica, diz seu presidente, Antonio Carlos Valente, prepara pesquisas para entender os desejos desses clientes. Mas o governo quer que elas atendam clientes das classes D e E, com os quais, diz Marcelo Motta, diretor de marketing e tecnologia da Huawei (fornecedor de equipamentos para as operadoras), elas ganhariam US\$ 5 por cliente. Executivos de operadoras dizem que, para ganhar tão pouco por cliente, eles precisam de incentivos do governo — no mínimo, menos impostos.

## Situação desconfortável

Uma licença de serviço de comunicação multimídia (SCM), que libera o serviço de banda larga, custa R\$ 9 mil. É a mais barata de todas as licenças de telecom, diz Rogério Santana, secretário de logística e TI do Ministério do Planejamento. Existem 1.470 empresas cadastradas para prestar o serviço. Por que então nem todo mundo tem conexão? Porque todas as 1.470 empresas disputam mais ou menos os mesmos clientes nos mesmos lugares.

Quando licita um novo trecho da rede, a RNP consegue um bom preço com a operadora, diz Gadelha. Quando chega a hora de renegociar o contrato, contudo, o preço aumenta dez vezes, pois não há competição entre as operadoras.



fotos divulgação

**Rogério Santana,** do Ministério do Planejamento: o governo precisa agir como um concorrente das operadoras.

Gadelha acha que, por tudo isso, o governo precisa criar um plano nacional de banda larga.

Na época das privatizações, o governo pensou num jeito de estimular a concorrência no setor de telecom, o que, em tese, por fim garantiria acessos baratos para todos. Contudo, diz Rogério Santana, as grandes operadoras compraram as menores. “O governo precisa gerar concorrência.” Para ele, hoje não existe concorrência, pois as grandes operadoras controlam as principais rotas de telecomunicações. Até São Paulo, “o estado mais rico do país”, teve problemas com o serviço de banda larga.

Para montar uma rede como a que existe nos Estados Unidos e na Inglaterra, diz Daniel Vargas, da Presidência da República, o governo precisaria de US\$ 100 bilhões a US\$ 300 bilhões — ou teria de realizar “de três a oito Olimpíadas”. No entanto, se o governo tivesse uma infraestrutura própria de rede, poderia levar os serviços para onde quisesse; também faria uma boa apresentação na Copa do Mundo, em 2014, e nas Olimpíadas no Rio de Janeiro, em 2016. Sem contar que 2010 é ano de escolher o novo presidente.

## Racha no governo

No começo de 2009, vários ministros concluíram que o Brasil precisava de um plano nacional de banda larga. Cezar Alvarez, coordenador do programa de inclusão digital da presidência, por fim apresentou a ideia ao

presidente Lula em 21 de agosto, e recebeu a missão de unir o governo num plano comum. Vários grupos de trabalho surgiram; no Ministério do Planejamento, Rogério Santana liderou o grupo que trata de infraestrutura.

Ele defende uma linha dentro do governo, na qual a ideia é pôr em uso as fibras óticas apagadas da antiga Eletronet e de outras concessionárias de energia; e a antiga Telebrás administraria essa rede. “O governo dispõe de 31 mil quilômetros de rede.” Segundo ele, o governo gastaria R\$ 1,3 bilhão para ativar a parte central da rede (backbone). “Hoje o governo já gasta R\$ 800 milhões com serviços de telecomunicações.” Daria para montar a última milha com rádio, como fazem várias cidades digitais, ou com a rede de pequenas operadoras. Essa, diz Rogério, talvez seja a solução mais rápida.

Mas o ministro das Comunicações, Hélio Costa, defende uma outra linha, na qual a ideia é assinar acordos de cooperação com as operadoras de telecomunicações, e por meio desses acordos oferecer planos de banda larga mais baratos para a população sem acesso à banda larga — em troca, o governo reduz impostos e dá alguns benefícios.



**Hélio Costa, do Ministério das Comunicações:** o plano traz a meta de elevar o número de acessos de banda larga aos 90 milhões até 2014.



divulgação

**Daniel Barcelos Vargas,** da Presidência da República: o progresso não chega nas localidades sem acesso às telecomunicações.

Em São Paulo, o governo tentou esse caminho. Em outubro, o governador José Serra assinou o decreto 54.921, no qual o estado abriu mão do ICMS, de 25%, para que as operadoras vendessem o serviço de conexão à Internet de velocidade entre 200 kbps e 1 Mbps por no máximo R\$ 29,80 por mês — com modem, provedor de acesso e instalação grátis. A Telefônica foi a única operadora que assinou o convênio: prometeu vender o serviço a partir de 9 de novembro, mas adiou a estreia. Num comunicado à imprensa, dias antes, a operadora disse que “prossegue trabalhando para viabilizar, no menor prazo possível, o lançamento do produto”.

Os dois lados do governo apresentariam as propostas ao presidente Lula em 10 de novembro. Os diretores das empresas estaduais de informática estavam ansiosos, pois eles também tinham interesse no projeto. Em 2007, eles já tinham apresentado uma proposta de rede nacional para Sérgio Rezende, o ministro da Ciência e Tecnologia — mas a proposta não seguiu adiante. Dessa vez, Rogério Santanna também não chamou nenhum deles para participar do grupo de trabalho. O governo, ele disse, primeiro precisava chegar a um consenso. Uns dias depois, ele prometeu: assim que o governo Lula decidisse o

modelo, Rogério os chamaria para ajudar no plano.

Mas a reunião com Lula foi desmarcada, por causa da agenda do presidente. A nova reunião ficou para 24 de novembro.

### Agora quase vai

A reunião começou às 16h30; estavam presentes, entre outros, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; o ministro das Comunicações, Hélio Costa; o ministro da Educação, Fernando Haddad; o do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; e o da Fazenda, Guido Mantega; além do secretário de logística e TI do Ministério do Planejamento, Rogério Santanna; e o secretário do Ministério de Ciência e Tecnologia, Augusto Gadelha. Hélio Costa entregou ao presidente um documento de 197 páginas encadernadas. Na capa do documento, um mouse pintado de verde e as palavras em maiúsculo: *Um Plano Nacional para Banda Larga, o Brasil em Alta Velocidade*.

Até 2014, segundo o plano de Hélio Costa, o Brasil chegaria aos 30 milhões de acessos fixos de banda larga e aos 60 milhões de acessos móveis. Haveria linhas de crédito do BNDES para as operadoras, assim como recursos do FUST e do FUNTTEL, assim como menos impostos, assim como desconto nas licenças de SCM. O governo gastaria R\$ 26 bilhões, e as operadoras, R\$ 49 bilhões.

Depois de deixar o documento e de dar algumas explicações, Hélio Costa saiu.

O resto do grupo continuou na reunião até por volta das 18h30. Discutiram vários aspectos; na parte de infraestrutura, Rogério Santanna apresentou o cenário em que o governo construiria os anéis principais da rede (backbone) e os enlaces para interligar pontos importantes da rede aos anéis (backhaul). O presidente Lula quis saber como as conexões chegariam na casa das pessoas, mas Rogério Santanna não tinha detalhado essa parte, a da última milha.

Por fim, Lula mandou todo mundo detalhar mais os projetos e se entender. “Com operadoras ou sem operadoras”, diz Rogério Santanna, “o presidente quer que o governo tenha uma posição única.”